



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Janaine Krevellin Cavalheiro (PIBIC/PAICaf-Fundação Araucária-UNICENTRO),
Debora Gomes (Orientadora), e-mail: krevellinjanaine@gmail.com

Universidade Estadual do Centro-Oeste/Departamento de Educação Física *Campus*
Iratí

4.00.00.00-1 Ciências da Saúde, 4.09.00.00-2 Educação Física

Palavras-chave: educação física, história, Brasil.

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo analisar a história da Educação Física no Brasil. Para tanto, foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo onde se utilizou como principais fontes bibliográficas livros, artigos e documentos nacionais. Diante das análises, verificou-se que a Educação Física percorreu uma longa história que vem lhe conferindo diversos papéis atrelados às necessidades sociais. Neste sentido, diferentes proposições foram feitas e ao longo dos séculos XIX, XX e XXI a Educação Física no Brasil passou de atividade responsável por cuidar e disciplinar o corpo, para disciplina obrigatória a qual deve organizar aulas que efetivem o processo de ensino aprendizagem diante das novas necessidades educacionais, dentre elas, o trato do aluno como sujeito ativo que deve se apropriar das práticas corporais entendendo-as enquanto manifestações da cultura corporal de movimento, as quais são dotadas de sentidos e significados.

Introdução

Compreender a Educação Física no Brasil tem sido um dos desafios que permeiam os debates desta área desde a década de 1980, portanto, compreender sua história constitui-se um aspecto relevante para tal fim, uma vez que como afirma Vieira Pinto (1979, p.90-91), “o conteúdo de todo conceito é a sua história”.

A Educação Física ao longo de sua história, assim como as demais disciplinas curriculares presentes na escola, sempre buscou cumprir uma função social que esteve atrelada aos interesses da sociedade vigente. Desta forma, este estudo teve como objetivo analisar a história da Educação Física no Brasil, a fim de compreender os fatores que influenciam as práticas pedagógicas em torno da disciplina na contemporaneidade.

Revisão de Literatura

No Brasil, diferentes fatos são atribuídos ao início da Educação Física, dentre eles as atividades físicas realizadas pelos índios que aqui habitavam, atividades estas, decorrentes das necessidades de sobrevivência (corrida, natação, luta, caça, pesca, canoagem, arco e flecha), porém, alguns autores afirmam que por estas atividades

não serem realizadas no tempo ocioso, criando hábitos esportivos, este fato não pode ser considerado o início da história da Educação Física no Brasil. Os negros africanos trazidos como escravos para o Brasil, também são destacados como influência no início da história da Educação Física no Brasil, por meio da atividade que realizavam e que era descrita como uma mistura de luta e dança (chamada posteriormente de capoeira) (GOMES, 2013).

O fato mais encontrado quando estudamos sobre a história da Educação Física no Brasil, é a chegada da família real em 1808, a qual determina dois anos depois, a fundação da Academia Real Militar, destinada a formar engenheiros civis e militares, sendo que a Ginástica era uma atividade que compunha o escopo de formação.

Em 17 de fevereiro de 1854, por meio do ministro do Império, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, foi baixado o decreto nº1.331-A, o qual aprovou o “Regulamento para reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte” e que ficou conhecido como “Reforma Couto Ferraz”. Embora voltado para o Município da Corte, “[...] além do efeito-demonstração e do caráter de modelo que, durante todo o Império, a legislação do município da corte teve para as províncias, o Regulamento de 1854 explicitamente buscava alcançar a instrução pública provincial [...]” (SAVIANI, 2007, p. 131).

No artigo 47 do Regulamento de 1854, aparece que o currículo básico das escolas primárias de segundo grau, responsáveis pela instrução primária superior, ou seja, instrução ocorrida após a classe de instrução primária elementar, deveria ser enriquecido com dentre outras disciplinas a **ginástica** (SAVIANI, 2007, grifo nosso).

A grande influência médica desencadeada na Europa a partir do século XVIII, faz com que no Brasil, no início do século XIX, a concepção médica chegue repercutindo na organização da família brasileira que passa a ser tratada “[...] como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos [...]”, além de assumirem a responsabilidade diante de “leis morais essenciais da família”, com um “[...] corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido e arejado [...]”, ou seja, princípios mais tarde denominados “higienistas” e que passam fazer parte das aulas de Educação Física (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 31).

Em síntese, no Brasil a partir do século XIX, a Educação Física foi compreendida como fenômeno necessário a formação de homens hábeis e fortes, e ao assimilar princípios da área da medicina, a mesma foi associada a estruturação familiar e organização da sociedade, adquirindo assim o caráter higienista (cuidados específicos com a saúde e higiene).

Na terceira década do século XIX, com o alto índice de taxa da mortalidade infantil e precárias condições de vida, implantou-se no Brasil uma Educação Moral, Intelectual e Sexual, que de acordo com Costa apud Castellani Filho (2013, p. 32), deveria “[...] assegurar a saúde e o vigor dos corpos, aumentar a reprodução e longevidade dos indivíduos, incrementar a população do país e melhorar os costumes privados e a moral pública [...]”, função esta que os higienistas receberam destaque para cumprir, na busca pela “construção do Estado Agrário”.

Os higienistas passam então a se utilizar da Educação Física que assume o papel de formar um “[...] corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente”, concepção esta que traz a tona os preconceitos raciais e sociais pois “[...] ao assim fazê-la, em oposição ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, acabou contribuindo para que [...] este corpo, eleito representante de uma classe e de uma raça, [...] servisse para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles

ligados”. Portanto, cabe à Educação Física neste período, segundo os preceitos higienistas “[...] transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiães de proles e raças puras [...]” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 33-34).

Mesmo servindo para atender aos interesses da sociedade vigente, as aulas de Educação Física denominadas então como Ginástica, sofreram resistência por parte da classe dominante, que valorizavam para seus filhos as atividades intelectuais e não físico/corporais. Em 1874, o conselheiro Josino do Nascimento Silva, da Província do Rio de Janeiro, relata que a Educação Física sofreu certa “repugnância” por parte da opinião pública, principalmente no caso de mulheres que eram proibidas por seus pais de realizarem os exercícios ginásticos, mesmo que isso implicasse na perda do ano/carreira (MARINHO apud CASTELLANI FILHO, 2013).

O primeiro destaque à prática da Ginástica foi feito por meio do parecer de Rui Barbosa no projeto de nº 224, denominado Reforma do Ensino Primário, proferido na sessão de 12 de setembro de 1882 na Câmara dos Deputados. Nos incisos primeiro e quarto do parecer foi previsto, a “instituição de uma sessão especial de ginástica em escola normal; a equiparação, em categoria e autoridades, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas; a inserção da ginástica nos programas escolares como matéria de estudo em horas distintas das do recreio [...]”.

Por meio do "Regulamento do Serviço de Inspeção Médica Escola do Distrito Federal", do ano de 1916 (Decreto nº 1058, de 29 de janeiro), foi conferido aos médicos "a competência de dirigir a Educação Física dos alunos proporcionada as necessidades e capacidade de cada idade e sexo". Observa-se que fica explícito nesse decreto a condução da Educação Física de maneira diferente de acordo com o gênero. Gondra (2004, p.140), aponta neste sentido a prescrição do Dr. Portugal: "no caso dos rapazes [...] elevar a quantidade de recreios, de modo a distrair os jovens do 'fogo de suas vontades' com o artifício da ginástica [...], práticas dos exercícios corporais [...], como antídoto contra os vícios", no caso das meninas tais práticas estavam preocupadas em regular a moral para "evitar o desenvolvimento prematuro dos órgãos". Esta é o que denominou-se de Educação Física Higienista.

De acordo com Marinho (2011), tendo em vista a implantação do Estado Novo, a Educação Física também passou assim como as outras áreas, a ser utilizada como instrumento ideológico. Os exercícios físicos estiveram associados ao esporte e ao civismo, e foram praticados de acordo com o método francês, que pouco depois, em 1932, foi oficializado com o decreto de nº 21.324, é neste período que a influência militar atinge seu ápice, período em que a Educação Física é chamada de militarista.

Ressalta-se que apesar da forte influência militar, na década de 1940, ocorreu um processo chamado “desmilitarização”, o qual promoveu a disseminação do esporte na sociedade por meio das escolas brasileiras. Desta vez, o âmbito escolar era utilizado como “celeiro de atletas”, era onde se reconhecia os talentos esportivos, principalmente, os que apresentavam caráter natural, talentos natos, os quais estariam mais próximos do topo da pirâmide e em condições de representar o país em níveis nacionais e internacionais, temos então o início da Educação Física esportivista.

“A partir de 1964, a legislação educacional brasileira foi pensada de acordo com os interesses de um modelo econômico voltado para a entrada de capital e das indústrias estrangeiras no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2252). Desta forma, a Educação Física assumiu a concepção tecnicista advinda da indústria e a lógica da

neutralidade científica, inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Tanto a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1964, quanto de 1971, apresentavam a Educação Física como atividade obrigatória e somente em 1996, por meio da nova LDB, nº 9.394, a Educação Física tornou-se componente curricular obrigatório na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), ou seja, a Educação Física passou a fazer parte das disciplinas que compõem a base nacional comum (língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, arte e Educação Física).

Ao se tornar disciplina obrigatória a Educação Física passou a ocupar um espaço que até então não existia no cotidiano escolar, porém o que tem legitimado a presença neste espaço e/ou a ampliação do mesmo, são as escolhas pedagógicas diante das possibilidades teórico-metodológicas da área.

Conclusões

A Educação Física percorreu uma longa história que vem lhe conferindo diversos papéis atrelados às necessidades sociais. Neste sentido, diferentes proposições foram feitas e ao longo dos séculos XIX, XX e XXI a Educação Física passou de atividade responsável por cuidar e disciplinar o corpo, para disciplina obrigatória a qual deve organizar aulas que efetivem o processo de ensino aprendizagem diante das novas necessidades educacionais, dentre elas, o trato do aluno como sujeito ativo que deve se apropriar das práticas corporais entendendo-as enquanto manifestações da cultura corporal de movimento, as quais são dotadas de sentidos e significados.

Agradecimentos

À UNICENTRO e Fundação Araucária.

Referências

Albuquerque, L. R. A Constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional. In *Anais IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, Curitiba, 2009.

Castellani Filho, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. 19. ed. Campinas-SP: Papirus, 2013.

Gomes, D. Educação Física: a história a define. In *Anais XI Encontro de Pesquisa da UEPG, Ponta Grossa*, 2013.

Gondra, J. G. Combater a "Poética Palidez": a questão da higienização dos corpos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. especial, p.121-161, jul./dez. 2004

Marinho, V. *O que é Educação Física*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

Saviani, D. *Histórias das ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

Vieira Pinto, A. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Ibrasa, 1978.